

## **Do Acolhimento à Invisibilidade: Desafios do Desligamento Institucional Devido a Maioridade no Brasil.**

### **From Care to Invisibility: Challenges of Institutional Dismissal Due to Adulthood in Brazil.**

Elisa Lima<sup>1</sup>

**Eixo temático:** EIXO 1- Políticas públicas, infância, adolescência e juventude.

#### **1. INTRODUÇÃO**

A trajetória da política voltada à infância e adolescência no Brasil revela uma passagem da caridade à proteção integral, marcada por profundas contradições. Conforme discutido por Irene e Irma Rizzini (2004), essa política teve origem em práticas filantrópicas e, mais tarde, foi apropriada pelo Estado como um mecanismo de controle social. Crianças pobres, especialmente negras, foram vistas como ameaças em potencial, e a institucionalização tornou-se uma prática amplamente utilizada, sustentada por discursos higienistas e eugenistas. O advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trouxe uma nova perspectiva, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, e à Convivência Familiar e Comunitária como um direito legalmente garantido à eles. No entanto, observa-se uma continuidade da lógica de controle. O Estado se isenta de oferecer suporte adequado, criminaliza a pobreza e perpetua a exclusão social, principalmente por meio da institucionalização de crianças e adolescentes pobres e negras sob justificativas como a “negligência” das suas famílias.

Ao serem institucionalizados, esses sujeitos se deparam com o papel ambivalente da proteção conferida pelo Estado, não apenas porque na origem foi configurada como desproteção, mas também porque o acolhimento institucional produz uma série de outras violências.

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), e assistente de pesquisa no Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciespi/PUC-Rio). Email: [elisaazevedo.ciespi@gmail.com](mailto:elisaazevedo.ciespi@gmail.com)

## 2. DESENVOLVIMENTO

Dentre as formas que a violência estatal se apresenta no contexto de institucionalização está a falta de preparação gradual para o desligamento institucional em decorrência da maioridade. Embora a lei estabeleça um prazo máximo de 18 meses para a permanência de uma criança e, ou, adolescente nos Serviços de Acolhimento, uma parte significativa dos acolhidos ultrapassa esse tempo.

A longa permanência em abrigos afeta especialmente os adolescentes, que sem perspectivas de retorno à família de origem, ou de inserção em uma família substituta, acabam enxergando a maioridade como a única via possível para deixar a instituição.

O desenvolvimento da autonomia, tão requisitada a esses jovens ao completarem a maioridade, deve começar desde o ingresso nos abrigos, não apenas quando a saída se torna iminente. Sendo assim, o processo de preparação para o desligamento institucional deve incorporar ações sistemáticas e cotidianas que envolvam o fortalecimento dos vínculos dos adolescentes com a rede de atendimento que o assistirá após a maioridade, a promoção de sua autonomia na mobilidade urbana, na gestão básica de recursos financeiros e na realização de tarefas domésticas, habilidades muitas vezes limitadas pela lógica protetiva das instituições. Além disso, é essencial estimular a escolarização e oferecer formação profissional compatível com os interesses e necessidades desses jovens.

As Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento em concordância com o ECA, asseguram, de forma genérica, a preparação gradativa dos adolescentes para o desligamento institucional. Todavia, as práticas voltadas para a preparação gradual dos jovens para o desligamento por maioridade são pontuais e isoladas, resultando em uma transição para a vida adulta marcada por incertezas e lacunas significativas no suporte necessário.

Todavia, mesmo diante de tanta fragilidade, os jovens que deixam os abrigos buscam maneiras possíveis de construir suas vidas fora das instituições. As mulheres, por exemplo, frequentemente recorrem à maternidade e ao casamento como estratégias para facilitar o processo de desligamento institucional, no entanto, podem deixá-las mais suscetíveis à violência doméstica, conforme analisado por Cruz (2015). Homens e mulheres, sem acesso ao mercado formal de trabalho, ingressam no mercado informal, onde enfrentam precarização,

exploração e instabilidade. Enquanto outros, diante da falta de oportunidades, se veem atraídos pelo mercado ilegal de drogas, como uma possibilidade de obtenção de renda. No entanto, para além dos perigos intrínsecos e letais ao envolvimento com o “tráfico” de drogas, ser jovem negro no Brasil significa viver sob a constante ameaça de se tornar mais um número nas estatísticas de jovens negros e pobres assassinados no país. Por fim, Malfitano (2011) aponta outra medida endereçada a esses jovens, considerados um risco social e, portanto, alvo do controle estatal: o encarceramento, ou seja, o retorno para o ambiente institucional.

### 3. CONCLUSÃO

A análise apresentada demonstra que o desligamento institucional trata-se de uma transição atravessada por múltiplas formas de exclusão, precariedade e violência. Apesar dos avanços legais promovidos pelo ECA, a realidade vivida por esses adolescentes é marcada por rupturas bruscas, invisibilidade e abandono. A ausência de políticas públicas eficazes os deixa à deriva em um sistema que falha em garantir seus direitos e oportunidades. Portanto, pensar o desligamento institucional exige uma mudança de perspectiva: da tutela para a autonomia, da vigilância para o cuidado, do controle para a escuta, da lógica punitiva para a garantia de direitos.

### 4. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CAPPELLARI, Amanda; CRUZ, Lílian Rodrigues da. Vagalumes e biografemas: poéticas e políticas públicas no desligamento institucional por maioria. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 43, p. e245027, 2023.

CRUZ, Fernanda. Da maternidade como invenção de novas possibilidades de vida: análise das experiências de jovens “egressas” de serviços de acolhimento institucional. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 15, p. 326-341, 2015.

MALFITANO, Ana Paula Serrata. Juventudes e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela. *Etnográfica – Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, Lisboa, v. 15, n. 3, p. 523-542, 2011.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.